



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ELISSANDRA ALVES DE BRITTO

**O IMPACTO DA REFORMA AGRÁRIA NA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
RURAL EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA BAHIA: SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS**

**SALVADOR
1998**

ELISSANDRA ALVES DE BRITTO

**O IMPACTO DA REFORMA AGRÁRIA NA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
RURAL EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA BAHIA: SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Professor Dr. Luís Antônio
Mattos Filgueiras

**Salvador
1998**

DEDICATÓRIA

A experiência adquirida com o trabalho monográfico, iniciado na disciplina Técnica de Pesquisa em Economia, é de grande relevância para o amadurecimento profissional. A exemplo de um provérbio popular que diz: “quem pretende ir a algum lugar, não mede distância”, não foi medido nenhum esforço para alcançar o objetivo almejado, qual seja o de concluir a monografia que ora é apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Para tanto, o apoio de minha família foi de fundamental importância. Assim sendo, dedico o resultado desse trabalho a todas essas pessoas, em especial a minha mãe Joanita, e a meus irmãos Elba, Elisângela e Antonio Marcos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todos as pessoas que de uma forma direta ou indireta me auxiliaram na elaboração do trabalho monográfico, em especial a meu orientador Luís Antônio Mattos Filgueiras por sua paciência e incentivo, por proporcionar-me um maior conhecimento acerca do trabalho e fornecer-me informações que serão úteis ao longo da vida acadêmica, a Vitor Couto Filho que além de me ajudar na visualização do objeto de estudo me concedeu e explicou trabalhos que foram de fundamental importância para compor a tese de graduação, e ao professor Lielson Coelho que me ensinou a operacionalizar o instrumental teórico-analítico necessário à realização de um trabalho de caráter científico.

RESUMO

Esse trabalho versa sobre o papel da Reforma Agrária diante de um novo contexto social. O objetivo ao elaborá-lo foi chamar a atenção para a necessidade de se criar mecanismos que venham a diminuir o “inchaço” nos centros urbanos e assim amenizar o problema do desemprego. Foram analisados os principais fatos que levaram à desocupação da mão-de-obra agrícola e que trouxeram como consequência o êxodo rural. Em seguida, mostrou-se que a ocupação das terras produtivas não-utilizadas geraria empregos, reduzindo a taxa de urbanização e, talvez até, a redução dos habitantes das periferias e das favelas. Nesse sentido, esse trabalho ao ter como objeto de estudo a geração de empregos e de outras formas de ocupação da mão-de-obra, não só na atividade agrícola, como também em atividades não-agrícolas, de forma a manter a população na zona rural, passa a analisar a Reforma Agrária como uma política social compensatória, que ajuda a corrigir as distorções sociais causada pelo uso de políticas macroeconômicas e pelo processo de modernização da agricultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: 2ª METADE DO SÉCULO XX.....	11
3	URBANIZAÇÃO E DESEMPREGO	15
3.1	O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO.....	15
3.1.1	A modernização da agricultura.....	19
3.1.2	Estrutura fundiária	21
3.1.3	Especulação fundiária.....	27
3.2	O DESEMPREGO NOS ANOS 90.....	29
3.2.1	O comportamento do mercado de trabalho da RMS.....	33
3.2.2	Peculiaridades do processo de urbanização na Bahia.....	35
4	O PAPEL DA REFORMA AGRÁRIA NA ABSORÇÃO DA MAO-DE-OBRA AGRÍCOLA	38
5	CONCLUSÕES	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária, diante do novo contexto econômico e político, consiste numa das soluções para os problemas econômicos e sociais que vêm afligindo a sociedade tanto no âmbito das cidades quanto no do campo. Assim, esse trabalho teve como proposta analisar em que medida a reestruturação do setor agrícola e a promoção de empregos rurais não-agrícolas podem evitar que, cada vez mais, os grandes centros se tornem mais “inchados” e desumanos.

Nesse sentido, buscou-se destacar o papel da Reforma Agrária na geração de empregos e outras formas de ocupação da mão-de-obra, como turismo, gestão do meio ambiente, comércio e serviços que não estão diretamente vinculados à agricultura, mas que poderão contribuir para manter a população na zona rural, dando fôlego aos centros urbanos para que estes resolvam o desemprego e subemprego acumulados.

O objetivo central do presente trabalho foi mostrar que “o setor agropecuário ainda tem enorme peso na absorção de força de trabalho, que apresenta capacidade de indução de empregos em outras áreas da economia, e que tem um custo relativo menor na geração de novos empregos”(Silva, 1994, p. 639). Para tanto, se fez uso de uma metodologia utilizada pela Fundação Seade na estimativa da demanda da força de trabalho agrícola para o estado de São Paulo.

O trabalho teve como enfoque o novo papel da Reforma Agrária após as transformações estruturais e conjunturais que levaram à destruição de postos de trabalho no país. Esse desemprego, fruto da reestruturação produtiva ditada pela globalização e das políticas de estabilização econômica levou ao agravamento das questões sociais.

A prostituição, a marginalidade, a violência, a criminalidade, a favelização e o número de indigentes cresceram, refletindo a incapacidade dos centros urbanos em absorverem a mão-de-obra que é lançada no mercado de trabalho. Esta situação é agravada com o fluxo migratório, na medida em que muitas pessoas, por não serem absorvidas nesse mercado, partem para atividades consideradas ilícitas.

Nesse ambiente, procura-se compensar o aumento do desemprego com o desenvolvimento de atividades absorvedoras de mão-de-obra. Como a alternativa da economia informal, na zona urbana, significou apenas um aumento do subemprego, que segundo Filgueiras (1997, p.12) se caracteriza pelo trabalho em tempo parcial, temporário ou sub-remunerado e sem a mínima garantia de direitos sociais, alguns autores e estudiosos apontaram outros caminhos. Dentre estes, destaca-se a influência da reforma agrária sobre mercado de trabalho.

O estudo realizado pretende mostrar que um desenvolvimento rural com base na reforma agrária, na Bahia, reduziria o contingente de refugiados do campo, possibilitando a diminuição de imigrantes nos grandes centros urbanos e, talvez até, a redução dos habitantes da periferia e das favelas. Baseado nesta proposta, foi feita uma análise da forma como o capitalismo se desenvolveu no campo brasileiro e quais os efeitos deste desenvolvimento para o processo de urbanização; para em seguida, apresentar as principais propostas em discussão que objetivam amenizar a problemática do desemprego, através da criação de mecanismos que possibilitam a ocupação da mão-de-obra agrícola e sua conseqüente permanência na zona rural.

Os aspectos econômicos da Reforma Agrária, como, por exemplo, aumentar a produção agrícola e combater a inflação, não foram desenvolvidos, pois fugia ao propósito do trabalho que é colocá-la como uma resposta aos problemas essencialmente sociais. No mesmo sentido, conforme Filgueiras (1992, p.26):

“(...)mesmo em se reconhecendo que a reforma agrária possa, em algum grau, impactar positivamente essas questões, é fato indubitável de que a estrutura de produção da agricultura brasileira, montada pela “modernização conservadora” nos últimos 25 anos, pode responder a essas necessidades”.

Para se verificar o impacto da reforma agrária na geração de empregos em atividades agrícolas, visando manter a população na zona rural, foram utilizados dados obtidos nas instituições da região que produzem informações, como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como também alguns trabalhos que versam sobre o sentido da Reforma Agrária no Brasil nos anos 90, a urbanização na Bahia, a ocupação da mão-de-obra

agrícola e o êxodo rural no Brasil. Verificou-se que além dos empregos agrícolas, a reforma agrária possibilita outras formas de ocupações, mas estas não serão calculadas.

Assim sendo, o trabalho foi dividido em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira, abordou-se os diferentes significados que a Reforma Agrária tem assumido nos últimos 30 anos. Na segunda, estudou-se o processo de urbanização ressaltando a importância e o perfil das migrações nesse processo, bem como o problema do desemprego que vem afligindo os centros urbanos. Na última parte foi analisado o papel da reforma agrária na absorção da mão-de-obra agrícola e esclarecida a metodologia utilizada ao se fazer uma estimativa do potencial de absorção dessa mão-de-obra para o Estado da Bahia, no caso em que as terras baianas, utilizadas para fins meramente especulativos, fossem incorporadas ao processo produtivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, a Reforma Agrária tem assumido diferentes significados, conforme o contexto em que se insere e as forças sociais que a protagonizam como uma bandeira de luta. Estas concepções vão desde medidas necessárias para promover o desenvolvimento econômico-industrial, mecanismos necessários para uma melhor distribuição de renda, uma primeira etapa para construção de um novo modelo político e por fim, políticas sócias compensatórias, no sentido de amenizar os efeitos provocados pelas mudanças estruturais e conjunturais nos planos internacional e nacional ocorridas nos últimos 30 anos.

Essas mudanças, que vêm se processando na economia do país, trazem para o centro do debate o tema da Reforma Agrária, que até então vinha sendo sucumbido nos meios de comunicação de massa. Na década de 90, a elevação do número de indigentes, que em sua maioria são migrantes vindos do interior, tem contribuído para que as autoridades voltem à atenção para o problema do desemprego.

Os expulsos do campo, ao se incorporarem aos desempregados do setor secundário e terciário e não conseguirem vender a sua força de trabalho, contribuem para que a crise do desemprego se propague. Este é fruto de uma política de estabilização econômica e de um processo de reestruturação produtiva, que ao utilizar tecnologias poupadoras de mão-de-obra, vem ampliando o quadro de desempregados no país.

A redução do número de empregados nos diversos setores da economia, incluindo o de serviços e em particular o bancário, tem como causa a reestruturação produtiva uma vez que esta engloba avanços tecnológicos e a introdução de novas formas de gestão da produção e organização do processo de trabalho, com destaque para a “terceirização” e os programas de “qualidade total”.

Dessa forma, as privatizações, a abertura comercial indiscriminada, a sobrevalorização cambial e as taxas de juros elevadas juntamente com a reestruturação produtiva contribuíram para o processo de destruição de postos de trabalho na medida em que modificaram os métodos de concepção, produção, distribuição e comercialização das

indústrias tradicionais e permitiram o surgimento de novos produtos e novos setores, na indústria e nos serviços, reorganizando o quadro da concorrência internacional.

Nesse contexto, a Reforma Agrária passa a ser vista em fins do século XX, como uma medida voltada para atender um conjunto de necessidades populares, dentre elas, a ampliação do nível de emprego na agricultura, levando a redução do êxodo rural e contribuindo para o arrefecimento da violência no campo e nas cidades.

Em seguida, procura-se apresentar as principais posições em pauta no debate brasileiro, que remontam às controvérsias em torno da Reforma Agrária dos anos 50/60 e aos períodos subsequentes a estes.

2.1 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: 2ª METADE DO SÉCULO XX

O debate sobre a Reforma Agrária, que teve auge no Brasil durante os anos 50/60, encontra-se hoje num estágio de redefinição. As transformações nas relações internacionais e a modernização da agricultura brasileira colocam o tema em outro patamar e levam os atores sociais a reformular os termos da questão. (Alentejano, 1996, p.19)

Nos anos 50/60, o debate sobre a Reforma Agrária situava-se em torno da questão do subdesenvolvimento. Nesse período, defrontavam-se, basicamente, três concepções de Reforma Agrária: a dos comunistas, que a viam como uma das etapas da revolução democrática burguesa destinada a eliminar os traços de feudalismo; a dos nacional-desenvolvimentistas, que a viam como impulsionadora do desenvolvimento autônomo do país, por criar um mercado interno capaz de sustentar o processo de industrialização além de aumentar a produção agrícola a fim de garantir o abastecimento urbano e de gerar divisas via agroexportação; e a das Ligas Camponesas, que viam a Reforma Agrária como a garantia da cidadania para o trabalhador rural e uma etapa para a construção do socialismo. (ibidem)

Nos períodos subsequentes, o avanço da industrialização e a diversificação crescente do parque industrial não permitiram que o tema do debate permanecesse em torno da superação do atraso em que o país e a agricultura se encontravam. Os discursos foram reformulados e a questão central passou a ser a necessidade de se apontar reformas estruturais de combate a pobreza nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, pois apesar dos grandes avanços verificados no contexto econômico-produtivo, houve, com o crescimento da concentração fundiária e da renda no país, com o aumento expressivo da miséria, do desemprego e do subemprego, um agravamento dos problemas sociais.

O debate dos anos 90 situou-se em torno da controvérsia de ser a Reforma Agrária uma política social compensatória, que está voltada para garantir condições de vida àqueles que foram excluídos do processo de modernização; uma política distributiva, que além de sustentar a retomada do crescimento econômico do país, garante a segurança alimentar da população; ou uma política voltada para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente, no sentido de direcioná-lo para um projeto socialista¹.

Na primeira versão, a reforma agrária é apontada como a forma mais barata de gerar emprego e renda para a população excluída dos benefícios do processo de modernização; na segunda, é colocada como uma política necessária para melhorar a distribuição de renda no país; e na terceira, é vista como um caminho para se construir um novo modelo de sociedade. (ibidem, p. 28)

A intenção no presente trabalho não é fazer uma análise exaustiva desse debate, e sim estudar o sentido da reforma agrária diante do novo contexto político-econômico e social que se apresenta após 64. Portanto, será feita, aqui, apenas referência a primeira versão, por acreditarmos que o processo de modernização da agricultura implantado nesse período é irreversível, fato este, que cria a necessidade de políticas sociais compensatórias as quais possibilitem amenizar os seus efeitos.

¹ A primeira posição é defendida por Graziano da Silva, Binswanger e De Janvry; a segunda, tem em Abramovay e Carvalho F^o (1994), Cano (1994) e Veiga (1991) seus principais defensores; e a terceira pode ser encontrada em D’Incao (1990 e 1994), Gemer (1989, 1990 e 1994), Leite (1992) e Stédile (1993 e 1994).

Nos últimos 30 anos, o país cresceu economicamente com o processo de modernização da agricultura, entretanto, conforme será relatado nos próximos capítulos, este processo implicou no aumento do desemprego e do êxodo rural. O desemprego crescente tem provocado uma onda de violência e de ocupações em todo o país. Essa situação denota uma grande insatisfação por parte da sociedade e, em última análise, é um reflexo da má distribuição de renda.

Nesse contexto, a reforma agrária se apresenta, em fins da década de 90, como um mecanismo viável para geração de novos empregos. Ao contrário dos anos 50/60, a discussão, hoje, passa a ser a possibilidade de geração de emprego no campo, buscando assim “reverter” o processo do êxodo rural intensificado no período da modernização da agricultura.

Nas palavras de Silva op. cit Alentejano (1996, p.23) defende-se:

“(…) uma reforma agrária que garanta pelo menos casa e comida à população que não tem mais possibilidade de ser absorvida produtivamente no novo padrão tecnológico que se avizinha. “Terra para quem nela não mais trabalha” talvez venha a ser uma nova e progressista bandeira nesse final de século”.

Para esse autor, a criação de novas formas de ocupações é de suma importância para se absorver uma parcela significativa da população despojada dos meios de produção. No final do século XX, a reforma agrária desejada é a que permite vislumbrar uma menor pressão dos migrantes da zona rural sobre os centros urbanos.

O discurso presente entre os atores sociais, após o período marcado por grandes transformações na agricultura brasileira, é a necessidade de se eliminar os “bolsões” de pobreza que se alastram no país. O final do processo da modernização conservadora verificada no campo fez surgir um grande contingente descapitalizados, que ao migrarem para as grandes cidades, vão fazer parte do “exército industrial de reserva”.

Nesse sentido, de acordo com Filgueiras (1992, p.23):

“A “questão agrária” tornou-se, em boa medida, uma “questão urbana”. A “modernização conservadora”, caminho definido politicamente para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e que implicou em concentração da terra, da riqueza e da renda, contribuiu decisivamente para o que se convencionou chamar de dívida social do país: a favelização das cidades, o crescimento da prostituição e da criminalidade em geral, o aumento assustador do número de meninos-de-rua e da sua parcela dizimada através das mais variadas formas de violência;”

No momento em que o desemprego assume proporções alarmantes, criando um clima de insegurança e insatisfação generalizada na população, a reforma agrária passa a ser concebida como um mecanismo necessário à resolução dos problemas essencialmente sociais e não, somente, econômicos. Logo, o debate que se estabelece hoje, entre alguns autores e estudiosos, diz respeito a potencialidade da Reforma Agrária em amortizar os efeitos sociais provocados pelas mudanças tecnológicas.

Com o agravamento do desemprego, as conseqüências do rápido processo de urbanização se difundiu por todas as regiões do país, incluindo a da Bahia, conforme será analisado mais adiante, onde esse fenômeno foi retardado. “As cidades já não comportam mais fluxos rurais. Saturados pelo crescimento desordenado e pelo desemprego, os centros urbanos acabam rebatendo esse contingente rural”(Branco,1996). Tal situação vem preocupando os grandes centros, levando-os a buscarem mecanismos que venham a diminuir o inchaço na zona urbana. Neste contexto, (Pinto; Stédile, 1996, p.5) vislumbra-se a reforma agrária como uma das alternativas capaz de contribuir para este fim, uma vez que ela é concebida, hoje, como uma das raras formas de garantir trabalho com distribuição de renda mais eqüitativa.

Dessa forma, a adoção de medidas que possibilitem desenvolver a zona rural, ao combinar atividades agrícolas e não-agrícolas, sejam elas ligadas à agricultura ou não, faz-se necessário, na proporção em que o êxodo rural seja contido. Assim sendo, no próximo capítulo, pretende-se traçar um perfil do processo de urbanização e do desemprego no Brasil e na Bahia. Para tanto, comentar-se-á, de forma breve, as principais mudanças estruturais e conjunturais nos planos internacional e nacional que justificam o reposicionamento na defesa da reforma agrária.

3 URBANIZAÇÃO E DESEMPREGO

Neste capítulo, será feita uma análise dos fatores que levaram à desocupação da mão-de-obra agrícola e da sua atração para os centros urbanos, bem como uma abordagem sobre o problema do desemprego. Para tanto, dividiu-se o item em duas partes.

Na primeira parte, será apresentado uma interpretação do desenvolvimento agrícola brasileiro e suas principais características. Na segunda, será feito uma análise da problemática do desemprego e um levantamento do Processo de Urbanização na Bahia.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

O capitalismo que se desenvolveu na agricultura brasileira, desde o pós-guerra, causou mudanças significativas na distribuição populacional. As taxas de migração no sentido campo-cidade foram elevadas e a estrutura de produção agropecuária passou a desempenhar importante papel para a expansão do setor externo, além de se concentrar internamente no fornecimento de matérias-primas para o setor urbano-industrial. (Mattei, 1995, p.35)

No pós-guerra, a indústria passa a ter maior destaque no cenário nacional, transformando-se em pólo dominante da economia. Nesse período, a agricultura cumpriu um papel vital para o processo de industrialização, pois, além de fornecer os contingentes da força de trabalho, de atuar como fornecedora de alimentos e de matérias-primas, de servir como mecanismo de transferência de capital e de gerar divisas, constituiu-se num importante mercado consumidor dos produtos gerados no setor industrial.

Entretanto, alguns autores ligados a linha do pensamento estruturalista da inflação, compreendiam a agricultura como um entrave ao processo de crescimento econômico do país. Segundo esta concepção, o atraso neste setor impedia que o crescimento da oferta de produtos agrícolas acompanhasse a demanda urbana, provocando choques constantes de oferta, que conduziam à elevação dos preços, além da ausência de uma reforma agrária e

da existência de grandes latifúndios levarem a uma profunda concentração de renda, impedindo assim, a criação de um mercado consumidor mais amplo para a indústria².

Apesar dessa concepção estruturalista sobre o desempenho do setor agrícola, a visão que prevaleceu após o movimento militar de 1964 foi a de que a agricultura cumpriu o seu papel no processo de expansão do modo de produção capitalista. Dessa forma, ao longo dos anos 60 e 70, foram se formando as bases para a implantação do atual modelo agroindustrial. As políticas nacionais de desenvolvimento, implantadas pelo regime militar, foram bastante relevantes para a consolidação deste modelo.

No que diz respeito a intervenção do Estado, via políticas públicas, merece destaque o papel da política agrícola. Esta, até o final dos anos 70, foi assentada no sistema de crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais. A combinação desses elementos provocou profundas alterações na base-técnico-produtiva, propiciando uma utilização massiva dos insumos modernos. Porém, essa política não beneficiou de maneira uniforme todas as regiões do país, todos os extratos de produtores e todos os tipos de produtos, vindo a evidenciar duas características marcantes do desenvolvimento agrícola brasileiro: os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais no campo. (ibidem, p.36)

Para as desigualdades sociais, constatou-se, com base nos dados do Censo Agropecuário (1985), que menos de 1% do total dos estabelecimentos, com tamanho de área acima de 1000 hectares, possuíam 43,8% do total das terras agrícolas. Como consequência deste processo de concentração fundiária ocorreu, por um lado, um enorme êxodo do campo e, por outro, o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores rurais: os Sem Terra. (ibidem, p.37)

Esse quadro, aliado a uma política de abertura comercial e a um intenso processo de reestruturação produtiva contribui para que o país viva, atualmente, sob o tormento de uma profunda crise de desemprego. A situação se agravou em face a implantação do Plano Real, no qual a agricultura assumiu o papel de ancorar a redução das taxas de inflação. Com a ineficiência da política agrícola, o aumento dos custos de produção, a política de

² Ver a respeito Vasconcellos et al. *Economia Brasileira Contemporânea* 1996.

juros altos, a liberação do mercado e das importações, registrou-se uma perda de renda dos agricultores da ordem de US\$ 10 bilhões em apenas um ano.

Assim, para que haja um melhor entendimento sobre o processo de urbanização brasileira e de suas características mais relevantes, faz-se necessário compreender a natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Ao se estudar o desenvolvimento do capitalismo no campo, depara-se, historicamente, com dois caminhos bastante distintos: a “via democrática” e a “via prussiana”. Enquanto a primeira promoveu o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, através da pequena propriedade, que ao longo do tempo foi se modernizando, a segunda se caracterizou pela manutenção dos grandes latifúndios, que foram tecnificados e modernizados, transformados em grandes propriedades e explorações capitalistas. (Filgueiras, 1992, p.1)

A ocorrência destes distintos caminhos tem sido atribuída, segundo Filgueiras, por um lado, “a existência de diferentes formações históricas com estruturas econômicas e sociais pré-capitalistas muito distintas e por outro, à forma e ao modo como a burguesia impôs politicamente a sua hegemonia ao conjunto da sociedade: ora aliando-se à classe dos proprietários latifundiários, do antigo modo de produção em decadência, contra o campesinato, o operariado e outras camadas sociais, ora, aliando-se a estas últimas para derrotar política e economicamente a antiga classe dominante”. (ibidem)

No Brasil, o capitalismo, com o início da industrialização, se tornou o modo de produção hegemônico, redefinindo as relações sociais de produção de acordo com a lógica da acumulação. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura fez-se de forma similar a “via prussiana”, o que explica a ausência de uma política que viabilizasse a realização da reforma agrária.

Com a inserção do capitalismo no campo, a estrutura fundiária tornou-se ainda mais concentrada e à agricultura passou a exercer, além das funções tradicionais, como a de fornecer matérias-primas a diversas indústrias, a tarefa de absorver os produtos industriais.

De acordo com Filgueiras (1991, p.7):

“O Estado por sua vez reforçou essa situação, criando condições de acumulação para as grandes empresas industriais - tanto no que se refere ao fornecimento de insumos de origem não agrícola, quanto ao processamento da produção obtida no setor através dos diversos “incentivos” que nesses últimos anos fizeram parte da política agrícola dirigida à modernização da agricultura.”

O Estado, ao assumir o papel de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial pudesse se reproduzir, empreendeu políticas econômicas de grande importância para o desencadeamento do processo que se convencionou chamar de “modernização conservadora”. Enquanto modernizavam-se a organização, as técnicas e as relações de produção, houve uma consolidação, ao longo dos diversos governos, dos interesses econômicos, políticos e sociais articulados em torno da grande propriedade fundiária.

A política cambial desenvolvida, até a primeira metade da década de 60, ao promover a transferência de recursos advindos da “taxação” sobre as exportações para a indústria, fomentou o processo de “industrialização por substituição de importações”. “A partir de 1965, com a internalização no país da indústria de bens de capital para a agricultura, a política de crédito rural subsidiado uniu, juntamente com a proibição de importações de máquinas e equipamentos agrícolas, os interesses do novo ramo industrial, com necessidade de se acelerar e aprofundar a transformação do processo de produção na agricultura”. (Filgueiras, 1992, p.21).

Conforme análise de Filgueiras, nos anos 80, o Estado, em face à crise do balanço de pagamentos e aceleração da inflação, foi levado a redefinir a importância do crédito agrícola subsidiado e a colocar em posição de destaque a política de preços para os produtos agrícolas. Com esse instrumento, passou-se a interferir nos conflitos de interesses internalizados nos “complexos” – “protagonizados, por um lado, pelo pequeno e médio capital de natureza estritamente agrária e, por outro, pelo grande capital “integrado” de caráter multisetorial” (ibidem). A seguir passa-se a evidenciar três fatores que levaram a desocupação da mão-de-obra agrícola e o conseqüente êxodo rural: a modernização da agricultura, a estrutura fundiária e a especulação fundiária.

3.1.1 A modernização da agricultura

No que se refere ao processo de modernização da agricultura, faz-se, aqui, alusão às principais transformações da base técnica que acarretaram essa modernização. De acordo com Kageyama et al (1990, p.113), “existem três conceitos que muitas vezes são usados como sinônimos e na verdade não o são: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais”. O primeiro, refere-se à mudança na base técnica da produção agrícola. O segundo, à transformação da agricultura num ramo de produção semelhante a uma indústria e o terceiro, à agricultura industrializada que está conectada com outros ramos da produção.

As transformações básicas diferenciam a modernização da agricultura desse processo de “industrialização” em três momentos: no primeiro há mudanças nas relações de trabalho, no segundo, as atividades passam a ser mecanizadas não mais em função da substituição da força física, mas substituindo a habilidade manual, e no terceiro, o processo de modernização da agricultura brasileira sofre transformações que o muda qualitativamente, através da internalização dos departamentos produtores de insumos, máquinas e equipamentos. Assim, a idéia central é que a principal modificação da agricultura brasileira consiste num processo histórico de passagem do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAI's). (ibidem, p.115-116)

Este é um período em que, por um lado, “a agricultura tornou-se cada vez mais subordinada ao ramo industrial e, por outro, passou a depender cada vez menos de circunstâncias impostas pela natureza, que limitam o seu processo produtivo”. De acordo com Filgueiras (1992, p.19) “a partir do fim dos anos 70, com o surgimento e a generalização de modernas agro-indústrias à jusante da agricultura e a especialização cada vez maior da produção agrícola, começaram a se formar os “complexos agroindustriais”.

O período de constituição dos “complexos agroindustriais” é caracterizado pela inserção do capital na atividade agrícola. Sabe-se que, a partir do seu estabelecimento, o desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. Segundo Kageyama et al (1990, p.125), tem-se três resultados gerais mais concretos: a) do ângulo do CAI, tem-se um crescente movimento de subordinação da agricultura à dinâmica

industrial; b) do ângulo da industrialização da agricultura, a mudança da base técnica, torna-se irreversível, tanto do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho, como do ponto de vista da base técnica. É esse caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permitiu a criação de um verdadeiro proletariado rural e estreitou a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho; c) do ângulo da integração de capitais, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) veio a formar o elo do capital financeiro com a agricultura.

As conseqüências imediatas desse processo dizem respeito a perda da “estabilidade” e da “segurança” do trabalhador rural. Estes, ao serem destituídos dos meios de produção, migraram para a cidade, passando a fazer parte do exército industrial de reserva destinado a abastecer as indústrias.

A modernização da agricultura brasileira do ponto de vista social, significou um processo desigual em todos os sentidos: foram beneficiados alguns produtos, alguns produtores e algumas regiões em detrimento dos demais. Em outros termos, os subsetores, que abrange a agricultura de subsistência, por não possuírem força política e econômica foram *desprezados* no processo, levando à composição/manutenção de complexos mais fracos e, até mesmo, de formas artesanais de produção, com baixíssimo nível de organização por parte dos produtores. (Couto Filho, 1997, p.9)

Esse processo, que alterou a base técnica agrícola, desenvolvendo a indústria de insumos para a agricultura e ampliando a indústria processadora de alimentos e matéria-prima, teve como principal instrumento o crédito rural subsidiado. No que diz respeito a esse tipo de instrumento de política agrícola, Martine (1990, p.6) afirma que, como conseqüência de sua aplicação, houve aumento da concentração da propriedade e redução do espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, o que provocou um forte êxodo rural. O crédito agrícola embora não tenha atingido homogeneamente os diversos produtores, se constituiu no principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo.

3.1.2 Estrutura fundiária

Ao se analisar a estrutura agrária brasileira, verifica-se um padrão de distribuição de terras altamente concentrada. Segundo a classificação do INCRA em 1992, menos de 2% do universo dos imóveis cadastrados, representado pelo segmento dos grandes imóveis, detinham mais de 50% da área cadastrada.

Essa tendência à concentração da propriedade da terra também pode ser observada nos dados do Censo Agrícola. De acordo com este, 3,1 milhões de pequenos agricultores tem acesso a apenas 10 milhões de hectares, enquanto no extremo oposto, os 50 mil latifúndios, com áreas superiores a 1000 ha, detêm, contudo, 165 milhões de hectares.

No que se refere ao estado da Bahia, têm-se que a estrutura agrária baiana se caracteriza por apresentar uma dimensão impressionante para o grau de concentração da propriedade, posse e uso da terra, conforme pode ser observado na Tabela 1. Com base nesta, verifica-se, para o período 70/96, que, de um lado, os menores estratos de área são responsáveis por um maior número de estabelecimentos, correspondendo a uma parcela menor da área total. De outro lado, os estratos de área superiores possuem um pequeno número de estabelecimentos ocupando uma maior parcela da área total.

Apesar dos dados contidos na Tabela 1 não refletirem, exatamente, a realidade que se quer estudar, em decorrência de alguns fatores como o de registrar as áreas de terras que estão nas mãos dos arrendatários e posseiros como estabelecimento, levarem a subestimação do grau de concentração, pode-se observar que a estrutura fundiária baiana ainda é bastante concentrada. Os grandes proprietários contribuem para esse quadro, na medida em que, visando fugir do Imposto Territorial (ITR), omitem, nas declarações cadastrais, as reais extensões das suas propriedades.

Na observação da Tabela 1, verifica-se que, em 1970, período de grande especialização da produção agrícola, os estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores a 100 hectares representavam em torno de 92% do número total em todo o Estado da Bahia e um pouco mais de 33% do total da área dos mesmos (Filgueiras, 1984:30). Vinte e seis anos depois, o total da área, para a mesma faixa de produtores, representa um pouco mais de 29% das terras de todos os estabelecimentos; embora a sua participação relativa, em termos de número de estabelecimentos permanecesse quase inalterada.

Em contraste, a faixa dos estabelecimentos de mais de 1000 ha, que representava em 1970 um pouco mais de 0,4% dos estabelecimentos e detinha 23% da área total, passou a ocupar em 1996, aproximadamente, 34,6% dessa área, com um pouco mais de 0,5% do número de estabelecimentos. Esse comportamento indica que houve no período analisado um pequeno crescimento e uma concentração significativa da terra em poucas unidades de decisão. O grupo que compreende os estabelecimentos entre 100 e menos de 1000 ha reduziu a quantidade e a área controlada de 7% para 6% e 43% para 35,6% respectivamente.

A compreensão desse processo de concentração fundiária remete para a análise do período de implantação do modelo agroindustrial e das políticas nacionais de desenvolvimento que lhe deram sustentação, retratadas anteriormente. Nessa época, a política agrícola, além de conduzir para as desigualdades sociais no campo, promoveu alterações na base-técnico-produtiva, através da introdução na agricultura de modernas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, levando a necessidade de se qualificar o trabalhador rural. Os interesses dos grandes latifundiários foram preservados, na medida em que essa política contribuiu para a redução do espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores.

Observa-se, entretanto, que o período 1980-1996 caracterizou-se por uma reduzida desconcentração de terras. Para o ano de 1980, têm-se que os estabelecimentos com menos de 100 hectares possuíam exatamente 92,23% do número total no estado e 28,96% da área dos mesmos. Enquanto para os estratos de área superiores a 100 hectares o percentual era de 7,78% e 71,03% respectivamente. No que diz respeito ao período de 96, têm-se para os mesmos estratos de áreas um percentual de 93,47% dos estabelecimentos para uma área total de 29,85% e 6,53% dos estabelecimentos para uma área de 70,15%.

Enquanto os estratos de área inferiores a 100 hectares tiveram o número de estabelecimentos e de áreas ampliados, nos estratos superiores estes foram reduzidos. A análise dessa oscilação confirma que houve nesse período um processo de desconcentração fundiária. Uma resposta para esse comportamento pode ser encontrada numa tese de Graziano da Silva, no livro *O que é questão agrária*.

De acordo com este, em épocas de crescimento das atividades econômicas, os grandes latifúndios tendem à expandir as suas propriedades através da absorção das pequenas. Nos momentos de recessão, o processo se inverte, os grandes proprietários procurando reduzir os custos variáveis, repassam parte da responsabilidade da produção para a pequena produção. (Lima, 1992, p.39)

Nesse sentido, o comportamento da estrutura agrária baiana na década de 90 pode ser explicado pelo desempenho que a economia brasileira vem tendo nos últimos anos. As mudanças, que se verificam, atingem o setor agropecuário de forma a promover uma redistribuição espacial. Muitos proprietários, em decorrência de medidas contracionistas adotadas pelas autoridades governamentais, como taxa de juros escorchantes e arrocho no crédito rural, são levados a se associarem a outros proprietários.

Conforme os dados contidos na Tabela 2, que distribui o número e o total da área do conjunto dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do responsável, entre 1970 e 1996, houve um crescimento no percentual dos estabelecimentos controlados pelos proprietários, passando de 78,44% para 83,32% e uma redução da área controlada pelos mesmos de 68,27% para 63,73%. Enquanto os estabelecimentos explorados sob as formas

de arrendamento tiveram uma diminuição no número e na área dos mesmos, bem como os estabelecimentos cujos produtores são posseiros.

No que se refere ao número de estabelecimentos controlados pelos administradores não houve alteração, embora a sua área tenha variado de 26,74% para 34,33%. Essa categoria teve a sua área ampliada devido á expansão da silvicultura e as atividades empresariais de soja e milho desenvolvidas no Oeste baiano. (Machado, 1998, p.32)

Esses dados indicam que houve no período estudado um processo de destruição da pequena produção. A redução absoluta no número e na área dos estabelecimentos, onde os produtores são arrendatários ou ocupantes, não foi acompanhada, em termos de número dos estabelecimentos, pelos produtores na condição de proprietário. Atesta-se que a pequena produção foi reduzida, em virtude das primeiras categorias possuírem estabelecimentos com áreas menores que 50 hectares e utilizarem essencialmente força de trabalho familiar.

Nesse sentido, têm-se que o alto grau de concentração fundiária na Bahia é um dos fatores que mais atrasam a modernização econômica desse Estado, uma vez que a redução no número da população rural, através do êxodo rural, contribui para agravar, ainda mais, as tensões sociais na cidade. Portanto, faz-se necessário uma melhor distribuição da propriedade fundiária a fim de que se possa dar cumprimento à função social da terra qual seja a de produzir, gerar empregos e preservar o equilíbrio ecológico.

3.1.3 Especulação fundiária

O mercado de terras no Brasil é caracterizado por uma intensa especulação. A utilização da maior parte das terras como reserva de valor se constitui numa prática comum entre os grandes proprietários, que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas. Ao assumir essa atitude, estes proprietários contribuem para que o êxodo rural se intensifique.

Nessa medida, não se pode compreender o fenômeno do êxodo rural sem levar em consideração o papel do mercado de terras e da especulação destas na desocupação da mão-de-obra agrícola. Como se sabe, muitos autores atribuem a dificuldade dos sem-terra ao acesso à terra pela falta de vontade política para se alterar os padrões de distribuição fundiária existente. O que é explicado pelo forte poder político dos proprietários, que se mantêm graças às possibilidades de ganhos diretos e/ou indiretos oriundos da propriedade da terra. Estes ganhos, em sua maioria são realizados no mercado, como, por exemplo, a venda da terra como fator produtivo e/ou como ativo especulativo. Além disto, a

propriedade da terra permite o acesso ao crédito a partir da hipoteca da terra e a exoneração tributária.(Couto Filho, 1997, p.17)

Acrescente-se, ainda, que esse processo também conduz à transformação da terra em mercadoria altamente valorizada, que se apresenta como alternativa lucrativa para investimentos de capital oriundos de outros setores da economia e cuja apropriação é feita para fins especulativos, como forma de proteger o valor do capital contra a inflação e como meio de acesso aos incentivos fiscais e ao crédito subsidiado. (Filgueiras, 1984, p.20)

Assim, de acordo com Martine (1990, p.7):

“Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando, também, as relações de produção no campo.”

Essa expropriação verificada no campo e o conseqüente movimento de êxodo rural fizeram aumentar, consideravelmente, a oferta de trabalho na cidade. Desta forma, o processo de modernização, de concentração e de especulação, acabou por reforçar a situação de pobreza rural, a proletarização e a migração rural-urbano. Nas cidades, foram agravados diversos problemas sociais como a violência, a marginalização, o subemprego, a favelização, a fome e a mortalidade infantil. (Menezes, 1991, p.52)

Neste contexto, vive-se atualmente, sob a tensão de que com o intenso fluxo de migração campo-cidade, a situação do desemprego venha a se agravar nos próximos anos, provocando uma piora nas condições de vida da população rural e urbana.

3.2 O DESEMPREGO NOS ANOS 90

Neste item, pretende-se fazer uma breve análise dos fatores que vem provocando a elevação do desemprego nos últimos anos. Para tanto, será dado enfoque aos aspectos estruturais e conjunturais, pois não se pode estudar esse processo sem levar em consideração os fatores que o determinam.

As mudanças estruturais e conjunturais que vem se processando no plano internacional, entre outras circunstâncias, as inovações ocorridas na base científico-tecnológica da produção, nos principais países desenvolvidos, e as modificações na relação Estado-Mercado deram início ao processo de globalização. (Presser et al, 1996, p.14)

A globalização é um fenômeno que suscita controvérsias em torno de seus efeitos, pois apesar de alguns autores defenderem que ela promove a transferência do capital para qualquer país que ofereça as oportunidades mais produtivas de investimento, outros, numa visão mais pessimista, prevêem que a crescente competição dos países em desenvolvimento com baixos salários destruirá empregos, forçando a redução dos salários nas economias hoje ricas, além de impulsionar um desgaste na capacidade dos governos em fixar suas próprias políticas econômicas.

No plano nacional, observa-se que o Brasil ao se inserir nesse contexto, promoveu políticas que provocaram mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de postos de trabalho. Na década de 80, a política desenvolvida forçou a obtenção de um superávit comercial para pagar o serviço da dívida externa. Porém, como os estímulos à exportação não alcançou o êxito desejado foram adotadas medidas de restrições ao ritmo de atividades econômicas. (Mattoso; Baltar, 1996, p.8)

O saldo comercial foi obtido com a estagnação econômica, elevada inflação e deteriorização das finanças públicas. As condições do mercado de trabalho foram agravadas com o lento crescimento do emprego formal e um aumento da proporção dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado. A partir dos anos 90, com as políticas que passaram a ser empreendidas no país, essa situação agravou-se ainda mais. (ibidem)

O processo de gradual abertura iniciado pelo Governo Sarney e acelerado a partir dos anos 90, pela política econômica implementada no Governo Collor, contribuiu para que a reestruturação produtiva fosse intensificada, sendo acompanhada por um desemprego tecnológico crescente. Entende-se esse fenômeno, iniciado no cenário mundial nos anos 70, como uma resposta do capital à queda da produtividade provocada pela crise do fordismo, o qual se caracteriza pela grande especialização do trabalho e pela produção em série. Em muitos casos, a implantação desse processo levou a desestruturação e até mesmo a desativação de unidades industriais.

No Governo FHC, a política de estabilização, consubstanciada no Plano Real, na subvalorização do dólar frente ao real e numa grande facilidade para importar, vêm exigindo das empresas transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para poderem sobreviver (Filgueiras, 1997, p.8). Essa política promovida pelo governo, tem provocado flutuações conjunturais nas taxas de desemprego, que acompanham de perto as flutuações do nível de atividade econômica.

Desde o período de implantação do Plano Real, até os dias atuais, pode-se verificar quatro fases na flutuação do nível de atividades. A primeira, expansiva, se caracterizou pela queda abrupta da inflação e ritmo acelerado de crescimento das atividades produtivas e vai de julho de 1994 a março de 1995; a segunda, recessiva, teve na elevação das taxas de juros o principal fator da desaceleração da economia e começa em abril de 95 e termina em set/95, a terceira, estagnacionista, que vai de out/95 até out/97; e a quarta, recessiva, caracterizada por adoção de medidas contracionistas em decorrência da crise na Ásia, a qual instaurou um clima de insegurança e instabilidade no mercado financeiro internacional, esta vai de nov/97 até o presente momento. (idem, 1996, p.3)

Essas transformações que vêm se processando na economia brasileira teve reflexos bastante acentuados no mercado de trabalho. Ao estudar os impactos sobre esse mercado, verifica-se fortes flutuações do nível de atividade econômica, com alternância de momentos de recessão e de recuperação. Neste sentido, ao se analisar o comportamento do mercado de trabalho na década de 90, constata-se que o agravamento do desemprego e a precarização do trabalho constituem um dos “traços” mais relevantes desse período.

Assim, ao analisar fatores conjunturais e estruturais, percebe-se que a desregulação, a privatização e a estabilização, potencializaram ainda mais os efeitos decorrentes da terceira Revolução Industrial (Cano, 1996, p.16). As conseqüências das mudanças na forma como o sistema capitalista resolve os seus problemas quanto à produção, distribuição e consumo de seu produto global, não podem ser atribuídas apenas a existência de fatores estruturais, mas também à políticas econômicas desenvolvidas pelo governo nacional. O uso de políticas macroeconômicas de controle do nível da demanda agregada associado a reestruturação provocou a quebra de empresas de diversos portes, reconcentrou a propriedade do capital e gerou crise no sistema bancário.

A economia brasileira, ao estar subjugada a um determinismo econômico, parece “condenar” o país à seguir, mesmo sob pena de auferir elevados custos para a sociedade como um todo, os ditames da nova ordem internacional. Dessa forma, na ausência de um projeto nacional, a abertura brasileira aconteceu de forma indiscriminada, sem que houvesse à adoção de uma política capaz de orientar a reestruturação industrial, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, a sobrevalorização cambial e os elevados juros.

Com a difusão das novas técnicas produtivas, houve a eliminação de milhares de postos de trabalho. Segundo o IBGE, na indústria brasileira, entre 1990 e 95, foram eliminados 2,1 milhões de empregos. É importante ressaltar que embora nesse período a produção industrial nacional tenha passado por momentos de recuperação, não houve “incorporação” de novos postos de trabalho.

No tocante à Bahia, identifica-se o caso da indústria de transformação, que reduziu, entre 1990 e 1993, o número de postos de trabalho, em razão dos anos de recessão da “Era Collor” e da reorganização das empresas face à competição internacional, impulsionada pela alíquota de importações (Filgueiras, 1996, p.31). A extensão desse processo, para o conjunto das indústrias, contribuiu para que a oferta de mão-de-obra ao exceder, a demanda, pressionasse o mercado no sentido de reduzir os salários. Nesse sentido, a restrição do ritmo de atividades, associado a desintegração da estrutura da produção, levaram à indústria a perder a posição de destaque, que havia adquirido após a Segunda Guerra Mundial, no cenário nacional. (Mattoso; Baltar, 1996, p.3)

De acordo com os dados do IBGE, a taxa de desemprego de outubro de 1997 foi de 5,71% nas seis principais regiões metropolitanas do país. Em março de 1998 a taxa média de desemprego aberto³ já alcançava o patamar de 8,18%, podendo, segundo alguns economistas, ser ainda maior nos próximos meses do ano corrente. Esse pessimismo é atribuído ao fato de que os últimos acontecimentos no mercado mundial, levou as autoridades econômicas a instituírem pacotes de caráter recessivo, tais como cortes de gastos correntes e de investimentos, reajustes de tarifas e elevação na taxa de juros.

Esta situação, associada ao processo de mecanização verificada na agricultura brasileira, a concentração fundiária e a influência do mercado de terras e da especulação fundiária na desocupação da mão-de-obra agrícola, já mencionados nos itens anteriores, agravou ainda mais a questão do emprego. No período de implementação do Plano Real, a agricultura sentiu fortemente os impactos da estabilização. A grande disparidade entre os preços pagos e os preços recebidos pelos agricultores levou a redução da área plantada, com reflexos sobre os índices de preços e sobre a geração de empregos.

Com o aumento do desemprego, os setores que vinham absorvendo mão-de-obra, em decorrência da modernização industrial e da modernização agrícola, começaram a perder essa capacidade de absorção, como é o caso dos serviços. Este setor, que a princípio serviria como uma espécie de amortecedor dos impactos provocados pela reestruturação produtiva e pela globalização sobre a indústria e a agricultura, também foi alvo, com o processo de automação informatizada, de seus efeitos.

Segundo algumas análises, esse setor, que seria o desaguadouro dos que foram demitidos da indústria em decorrência da terceirização, também registra saldos negativos e, nos anos em que os saldos admissões-desligamentos são positivos, o número de vagas é insuficiente para absorver a mão-de-obra lançada no mercado pelo setor primário e secundário. Tal fato, indica que a reestruturação empresarial não está mais restrita à indústria e que, nos aspectos relativos ao uso da mão-de-obra, já se disseminou por todos os setores da economia. (Borges; Filgueiras, 1995, p.31)

³ É considerado desemprego aberto quando as pessoas, sem ocupação, estão efetivamente procurando trabalho no período de referência da pesquisa.

Diante do que foi exposto, tem-se que a elevada taxa de desemprego já não traduz apenas as conseqüências do processo de reestruturação industrial por que passa o país, mas reflete um estancamento na capacidade de investimentos, decorrentes do uso de políticas macroeconômicas de controle do nível da demanda agregada.

Nesse sentido, a impossibilidade de expansão do produto à taxas satisfatórias, capazes de permitir a incorporação de uma maior parcela da população ao processo produtivo, agregado ao sentimento de insegurança e instabilidade que vem se propagando no cenário mundial após a crise da Ásia, tem levado a perspectiva de que a taxa de desemprego venha a se elevar ainda mais.

A inexistência de soluções criativas a curto prazo tende a colocar a questão do desemprego, em fins do século XX, no centro das discussões. A seguir passa-se a evidenciar e analisar a dinâmica do mercado de trabalho da RMS na década de 90.

3.2.1 O comportamento do mercado de trabalho da RMS

As pesquisas que medem a evolução do nível de emprego têm indicado um agravamento nacional do desemprego na década de 90, em decorrência dos aspectos estruturais e conjunturais já ressaltados. No que diz respeito a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu 5,71% em outubro de 1997. Em Salvador, essa taxa foi de 5,76% para o mesmo período, alcançando em julho de 1998 o percentual de 10,02%.

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) realizada pela SEI/SEPLANTEC e SETRAS – órgãos do governo do Estado da Bahia-, pela Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA e pela Fundação SEADE e DIEESE, a taxa de desemprego registrada em outubro de 1997 foi de 21,8%, alcançando 21,6% em dezembro, do mesmo ano.

Apesar dessas pesquisas diferirem quanto a metodologia utilizada, ambas revelam a existência de altos e crescentes níveis de desemprego e colocam a RMS, quando

comparada às demais regiões metropolitanas do país, como a que possui a maior taxa de desemprego.

Os resultados da PED para a RMS no período de 1996 a 1997 demonstra um aumento de 3,4% no número de ocupados, impulsionado principalmente pelo comércio, construção civil e serviços domésticos. Entretanto, este não foi suficiente para absorver o aumento de 11,8% no número de desempregados (Ghirardi, 1998, p.14). Esta variação no nível de ocupação não pode ser interpretada como um ponto positivo no desempenho do mercado de trabalho da RMS, pois ela foi acompanhada por uma precarização do trabalho.

Ao analisar o comportamento do mercado de trabalho da RMS para a primeira metade da década de 90, verifica-se uma tendência à precarização do trabalho e da ocupação, pois houve um aumento do número de empregados sem carteira assinada. Este período, para efeito de estudo, pode ser dividido em duas fases. A primeira (90/92) compreende a queda do nível de atividade econômica em decorrência da política recessiva do Plano Collor, e a segunda (93/95) à implantação do Plano Real.

Na primeira fase, o rendimento médio do total de pessoal ocupado, que compreende os empregados com carteira assinada, por conta própria e os sem carteira assinada, sofre uma redução acentuada, embora as duas últimas categorias de ocupação tenham elevado o seu número de integrantes. Já na segunda fase, a massa de rendimento do total do pessoal ocupado tem um pequeno aumento em virtude dos empregados por conta própria e os sem carteira aumentaram os seus rendimentos. (Borges; Filgueiras, 1995, p.33)

No ano de 1997, as pesquisas indicam que mais da metade das pessoas que ingressam no mercado de trabalho na RMS está no setor informal da economia. A maioria desses trabalhadores está concentrada nas atividades terciárias. Neste sentido, têm-se que a RMS, assim como toda as demais regiões do país, sofreu os efeitos das transformações estruturais do capitalismo no âmbito mundial, bem como as políticas econômicas aqui desenvolvidas.

Apesar do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), composta por pessoas ocupadas e desempregadas, tenha, em parte, decorrido do aumento da ocupação, a sua

maior parcela é representada pelo crescimento do desemprego. Este tem sido ampliado com o significativo fluxo migratório para os centros urbanos.

O progresso ao levar a diminuição dos postos de trabalho no campo, com a substituição do trabalhador rural pela máquina e por outras tecnologias, intensificou o fluxo migratório para as cidades. De acordo com a PED – RMS, 24% desse fluxo é composto dos migrantes provenientes de outros estados, enquanto os 76% restantes saíram de outros municípios do interior do Estado da Bahia. Nessa medida, é provável que a redução dos índices de desemprego em Salvador exija a contenção do fluxo de migrantes do interior e, para tanto, faz-se necessário a criação de mecanismos que permitam a absorção da mão-de-obra no meio rural. (Ghirardi,1998, p.15)

Neste contexto, no próximo item, será feito um levantamento da questão do atraso do Processo de Urbanização na Bahia e de algumas hipóteses explicativas que justificam esse atraso.

3.2.2 Peculiaridades do processo de urbanização na Bahia

O Estado da Bahia, por ocupar uma certa posição periférica no contexto nacional, reage com um certo atraso ao processo de mudanças no ciclo econômico do país. No momento em que as regiões mais desenvolvidas apresentavam uma desaceleração no ritmo de crescimento da população urbana, este Estado registrava um crescimento populacional concentrado nessas áreas, superior a média do país.⁴

Enquanto na década de 80 o ritmo de urbanização do país sofreu uma desaceleração, em consequência da queda de fecundidade e dos efeitos da recessão sobre os movimentos migratórios, a Bahia apresentava a 4ª taxa de crescimento urbano do Nordeste. Esse comportamento pode ser, em parte, explicado pelo desempenho do PIB baiano que, ao contrário do Centro-Sul, apresentou um crescimento expressivo no período, com início do funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari. (Borges, 1993, p.58-59)

⁴ Chama-se atenção para o fato de que a Bahia apresentou uma redução no ritmo de crescimento populacional, mas não foi nas mesmas proporções do conjunto do país.

A implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari no Estado promoveu uma redistribuição espacial da população, na medida em que atuou como uma alternativa de absorção da mão-de-obra expulsa nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste do país. A inexistência de novas áreas de atração contribuiu para que os migrantes se concentrassem no seu próprio estado.

Entretanto, a Bahia, apesar do dinamismo de sua economia na década passada, ainda se apresenta com um grau de urbanização⁵ inferior ao da maioria dos estados brasileiros. Esta questão pode ser explicado pelo fato de 43,9% da população baiana viver no campo, o que leva o Estado a ser considerado como o que possui a maior população rural, em termos absolutos, do país (2.476,9 mil pessoas). Acredita-se que esse fenômeno seja devido, em parte, à forte capacidade de fixação do agrobaiano e à reduzida atração exercida pela maioria das cidades desse Estado.

Para entender esse comportamento é necessário analisar algumas peculiaridades do Estado na estrutura de posse, uso da terra e nas atividades econômicas. No que diz respeito à área dos estabelecimentos e à condição do produtor com relação à posse da terra, têm-se que são características que contribuí para manter o elevado percentual da população na zona rural, na medida em que o tamanho dos minifúndios proporcionam maior liberdade de ação aos pequenos produtores, e a condição da terra garante a fixação da família do pequeno produtor (ibidem, p.63)

Além dos fatores destacados acima, pode-se citar que o processo de modernização agrícola, aqui implantado, não ocorreu nos moldes das outras regiões do país. De acordo com Borges (1993, p.66), “o fato da modernização ocorrer, principalmente, em áreas escassamente povoadas do Oeste, impediu que esse processo tivesse, aqui, as mesmas conseqüências demográficas observadas, por exemplo, no Sul/Sudeste do país”. Um outro importante fator a ser ressaltado é que na região Nordeste do Estado houve a expansão de culturas tradicionais a exemplo da mandioca, milho e feijão que são intensivas em mão-de-obra.

⁵ Grau de urbanização é a razão entre a população urbana e a população total do município ou região.

A estes fatores, pode-se ainda agregar, embora em menor magnitude, as características geográficas da região, pois permitiram que os habitantes da zona rural desenvolvesse atividades como a pesca, não tão importantes como potencial econômico, mas significativa para a subsistência.

Na década de 90, com os processos de ajuste que vem passando a economia nacional, essas características estão sendo lentamente modificadas. As estratégias de saída, por um período, de alguns membros da família do pequeno produtor, utilizadas pelos migrantes foram abandonadas em virtude da redução no nível do emprego nos principais centros urbanos do país.

Com o agravamento do nível de emprego, em decorrência dos aspectos estruturais e conjunturais analisados nos itens anteriores, houve mudança no perfil da mão-de-obra requisitada pelas empresas. Passou-se a exigir trabalhadores com maior nível de qualificação e de escolaridade, o que dificultou a incorporação dos migrantes nos mercados das regiões mais desenvolvidas do país. Dessa forma, o aumento do desemprego nessas regiões ao reverter o fenômeno migratório para fora da RMS, vem promovendo uma intensificação do processo de urbanização na Bahia.

Nesse contexto, a perspectiva que se tem para os próximos anos é que estas mudanças, que têm levado ao enxugamento das empresas, à busca do máximo de racionalização no uso da mão-de-obra, bem como os seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, deverão permanecer. Assim sendo, se o quadro que vem se desencadeando não for alterado, têm-se que até o ano 2001, a Bahia deverá ter a sua população rural reduzida, levando uma maior pressão aos centros urbanos. Este fato, deverá conduzir à um incremento da taxa de urbanização e a um agravamento dos diversos problemas sociais.

A criação de medidas que atuem sobre os fatores de expulsão da população do campo se faz necessário, a fim de que a zona urbana possa se reestruturar e assim absorver a mão-de-obra excedente. Nesse sentido, a reforma agrária surge como uma alternativa viável para promover esse processo. No capítulo subsequente, passa-se a discutir como a Reforma Agrária pode atuar como mecanismo de absorção da mão-de-obra agrícola.

4 O PAPEL DA REFORMA AGRÁRIA NA ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

O intuito neste capítulo é discutir em que medida a Reforma Agrária pode contribuir para ocupar a mão-de-obra rural, possibilitando, inclusive, amenizar o problema do desemprego que aflige os centros urbanos baianos. Para tanto, utilizou-se uma metodologia baseada no trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp e aperfeiçoada pela Fundação Seade. Buscou-se estimar a ocupação da mão-de-obra agrícola caso sejam incorporadas ao processo produtivo as terras produtivas não-utilizadas no Estado da Bahia.

A metodologia aperfeiçoada pelos pesquisadores da Unicamp teve a pretensão de estimar com base em dados secundários o emprego gerado para o subsetor culturas. Para tanto, foi considerado os distintos níveis tecnológicos utilizados em cada um dos 25 estados do país: alto, correspondente a região mais avançada do estado; baixo, com a tecnologia manual e/ou de tração animal; e médio, referente a tecnologia mais usual em cada estado. Segundo Silva (1994, p.629), os coeficientes técnicos analisados, dependem do que se considera por tecnologia usual, uma vez que algumas culturas, como as permanentes, não inclui a mecanização da colheita.

Ao utilizar os três níveis técnicos foi possível averiguar os efeitos da tecnologia sobre o nível de emprego na agricultura. Todavia, no presente trabalho será considerado apenas o nível tecnológico baixo, já que este é utilizado na maioria dos assentamentos baianos. A Bahia, conforme foi analisado no capítulo anterior, reagindo com um certo atraso ao processo de mudanças no ciclo econômico do país, desenvolveu a perspectiva de que a taxa de urbanização venha a se intensificar nos próximos anos. Dessa forma, defende-se, nesse trabalho, a necessidade de se criar mecanismos que venham a diminuir o êxodo rural e os problemas sociais urbanos nesse Estado.

A abordagem proposta para a metodologia consiste na definição, para as principais culturas existentes nos assentamentos, dos itens apresentados a seguir: a) o percentual de utilização das terras produtivas com cada um dos principais produtos cultivados nos assentamentos; b) a área produtiva não utilizada na Bahia; c) os coeficientes técnicos de absorção da mão-

de-obra agrícola dos principais produtos cultivados nos assentamentos, em homens-dia por hectare, segundo seis grupos de operações de cultivo (preparo do solo, plantio, capinas, outros tratamentos culturais, colheita e beneficiamento pós-colheita); e d) o calendário agrícola. A multiplicação dos dois primeiros pontos resulta na área produtiva não-utilizada, em hectares, a ser cultivada com cada um dos principais produtos, hoje produzidos nos assentamentos. O cruzamento de todas as variáveis fornece uma *proxy* de ocupação da mão-de-obra agrícola anual em equivalentes homens-ano (EHA).⁶

Com base nesses dados, foram feitas três estimativas: uma supondo o aproveitamento total das áreas produtivas não-utilizadas, outra supondo um aproveitamento de 50% dessas áreas, e por fim, uma outra supondo que apenas 20% (percentual subestimado) do total dessas áreas sejam incorporadas ao processo produtivo através da desapropriação e assentamento (Reforma Agrária). Antes de se estimar o potencial de absorção da mão-de-obra agrícola na Bahia, apresentou-se a situação atual da ocupação dessa mão-de-obra a partir de informações sobre a População Economicamente Ativa (PEA).

Convém, entretanto, ressaltar que a metodologia ora utilizada possui algumas limitações. A primeira é que considerou-se apenas os coeficientes técnicos dos principais produtos cultivados nos assentamentos rurais já existentes, ou seja, supõe-se, para fins de cálculo, que, caso sejam incorporadas ao processo produtivo as terras não-utilizadas, apenas esses produtos seriam produzidos nos futuros assentamentos. Outras atividades que não estão diretamente relacionadas com a produção agrícola, como reparos de estradas e cercas, mas que geram empregos não foram consideradas no cálculo.

A segunda limitação diz respeito à não-disponibilidade de alguns dados. No caso da Bahia não foi possível se obter junto ao INCRA os percentuais de áreas plantadas nos assentamentos de cada cultura desenvolvida neles. Esse dado permitiria, de forma mais precisa, a escolha das culturas mais representativas entre os assentamentos. Visando dar continuidade ao trabalho, foi feita uma estimativa desses percentuais com base nos projetos mais recentes de custeio para a lavoura nos assentamentos. Desprezaram-se as culturas menos significativas em termos de ocupação de área e escolheram-se três culturas. Para o

⁶ Essa unidade é resultado da transformação de homens-dia por hectare, que equivale, teoricamente, à força de trabalho despendida por um homem adulto durante uma jornada de oito horas.

cálculo do potencial da reforma agrária na ocupação de mão-de-obra agrícola, considerou-se que somente essas culturas são produzidas nos assentamentos e na seguinte proporção: 50% das áreas são destinadas ao cultivo da mandioca, 25% ao milho e 25% ao feijão.

Com base no relatório de projetos de assentamentos do INCRA/98, calcula-se que existem atualmente 70 mil pessoas assentadas no Estado baiano. Considerou-se que existem, em média, cinco pessoas por família e que o número de famílias assentadas é de 14 mil. Nos assentamentos assistidos pela Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo – CORA/SEAGRI estima-se um total de 20 mil pessoas assentadas para um número de 4 mil famílias beneficiadas, o que perfaz juntamente com os assentamentos da União um total de 90 mil pessoas assentadas na Bahia. É interessante ressaltar que esse montante não representa o número total de pessoas ocupadas nos assentamentos, uma vez que no cálculo do pessoal ocupado não se leva em consideração o número de crianças e de idosos.

Ao se analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para a Bahia, constata-se que a PEA agrícola para o ano de 1997 foi de 2.492.162 pessoas sendo que 11.597 pessoas representam o número de desocupados. Nessa medida, no momento em que se estabelece um paralelo entre o potencial da ocupação da mão-de-obra rural e o número de pessoas efetivamente desocupadas, constata-se a enorme contribuição que a ocupação produtiva das terras não-utilizadas poderia dar para absorver um maior número de pessoas.

Essa situação pode ser observada quando são apresentadas as estimativas da demanda da força de trabalho para cada um dos produtos escolhidos, caso as terras produtivas não-utilizadas sejam cultivadas. Estas estimativas foram feitas a partir dos coeficientes técnicos de absorção da mão-de-obra agrícola em homens-dia para cada um dos grupos de operação de cultivo citados anteriormente. A multiplicação desses coeficientes, com os dados do calendário agrícola, permite visualizar a distribuição relativa das exigências de força de trabalho para esses produtos durante o ano.

**TABELA 3 - Distribuição relativa das exigências
De força de trabalho para mandioca, milho
e feijão, segundo os meses do ano**

Meses	% da Demanda Anual (Mot)		
	Mandioca	Milho	Feijão
Janeiro	3,5	15,5	47,3
Fevereiro	4,1	15,4	---
Março	11,6	15,4	---
Abril	11,3	---	---
Maiο	12,1	9,6	---
Junho	12,2	9,7	---
Julho	10,8	0,1	---
Agosto	10,8	---	---
Setembro	9,7	---	28,7
Outubro	6,9	0,9	3,9
Novembro	3,5	16,7	2,2
Dezembro	3,5	16,7	17,9

Fonte: Dados obtidos a partir dos coeficientes técnicos com os dados do calendário agrícola

Para os coeficientes técnicos, têm-se o seguinte quadro:

OPERAÇÕES DE CULTIVO	Coef. Técnico em H/D ⁷		
	Mandioca	Milho	Feijão
Preparo do solo	0,75	0,48	5,69
Plantio	6,00	0,06	0,38
Capinas	2,00	12,06	3,25
Outros tratos culturais	5,00	----	----
Colheita	31,00	3,00	3,13
Pós-colheita	0,00	0,03	5,00

Fonte: Gerência(s) da EBDA

Elaboração: GEAC/SEI

⁷ Os coeficientes técnicos utilizados são oriundos da pesquisa da mão-de-obra agrícola elaborada pela SEI, exceção feita para o cultivo da mandioca onde os coeficientes técnicos são os mesmos utilizados para o estado de São Paulo.

Pode-se obter o potencial de absorção da mão-de-obra agrícola nas terras produtivas não-utilizadas multiplicando-se esses coeficientes técnicos pelo percentual de utilização das terras produtivas com cada um dos produtos cultivados, segundo os seis grupos de operações de cultivo e a área produtiva total não utilizada, que é de 2.193.781 ha (Censo Agropecuário 1995/96).

O resultado é dividido por 126, que representa o número de dias de trabalho no ano para o cultivo desses produtos. Dessa forma, obtêm-se o número de equivalentes homens-ano por hectare, para cada cultura. Esses dados podem ser observados na Tabela 4, onde foram feitas as três estimativas mencionadas anteriormente, quais sejam: aproveitamento total e parcial das terras.

**TABELA 4 - Potencial de absorção da mão-de-obra
Agrícola nas terras produtivas não-utilizadas no**

**Estado da
Bahia**

PRODUTOS	Situação 1 (EHA)	Situação 2 (EHA)	Situação 3 (EHA)
Mandioca	389.570	194.785	77.914
Milho	68.033	34.016	13.607
Feijão	75.956	37.978	15.191
Total:	533.559	266.779	106.712

Fonte:Dados obtidos a partir do Quadro anterior

Nota: Situação 1: 100% de aproveitamento das áreas produtivas

Não-utilizadas

Situação 2: 50% de aproveitamento das áreas produtivas

Não-utilizadas

Situação 3: 20% de aproveitamento das áreas produtivas

Não-utilizadas

Como se pode observar, o potencial de ocupação de mão-de-obra em atividades agrícolas, mesmo que se utilize apenas 20% das terras produtivas ociosas é muito grande. Nesse contexto, numa situação de aumento do desemprego e da tensão social, a reformulação das políticas agrícolas e agrárias se fazem necessárias, no sentido de corrigir as distorções sociais.

Chama-se atenção que o uso de 20% das terras produtivas não-utilizadas para a reforma agrária não significa que todas as terras inclusive será, de fato, usada, uma vez que por motivos ecológicos e de métodos de cultivo, parte desse montante estará sempre sem uso ou eventualmente em repouso.

De acordo com os dados da Tabela 4, com um aproveitamento de apenas 20% dessas terras, poderiam ser gerados quase 107 mil empregos agrícolas diretos, o que representa um número superior a nove vezes o total de pessoas desocupadas na atividade agrícola, sem levar em consideração que a geração destes empregos possui um efeito multiplicador que poderia induzir o aparecimento de muitos empregos rurais não-agrícolas. (Couto Filho, 1997, p.31)

Como foi previsto, na hipótese levantada durante a confecção do projeto de pesquisa, fica evidenciada que a ocupação das terras produtivas não-utilizadas poderia contribuir enormemente para a geração de empregos e assim amenizar os efeitos perversos do processo de exclusão social a que estão submetidos não só os baianos, como também os brasileiros de uma maneira geral.

5 CONCLUSÕES

Como foi visto, através de estimativas da demanda da força de trabalho agrícola para as terras produtivas não-utilizadas, pode-se constatar que os assentamentos realizados no Estado da Bahia não atende todo o potencial de ocupação dessa mão-de-obra.

Analisar o papel da Reforma Agrária na geração de emprego, faz-se necessário na medida em que o fluxo migratório nos grandes centros possa ser arrefecido. A busca de soluções para a desocupação da mão-de-obra agrícola e para a pobreza rural e urbana passa pela adoção de uma política macroeconômica séria. Esta ao contribuir para que os desocupados da agricultura não engrossem as fileiras dos sem-terras, estará cumprindo o seu papel social, qual seja o de garantir condições de sobrevivência aqueles que foram excluídos do processo de modernização.

Com base no que foi discutido nos capítulos anteriores, tem-se que a reforma agrária no século XX se apresenta como uma política social compensatória, na medida em que absorve a mão-de-obra rural e atua como instrumento fundamental para conter o êxodo rural e dar fôlego aos centros urbanos, de forma que estes resolvam o desemprego acumulado. Numa visão mais otimista, pode-se, até, pensar em um refluxo, onde as pessoas voltassem aos campos, não para trabalharem somente na lavoura, mas, também, para exercerem atividades não-agrícolas no meio rural, seguindo uma tendência mundial.

No que diz respeito a esse processo, tem-se que

“Nos EUA, a taxa de crescimento da população não-metropolitana superou a das áreas metropolitanas nos anos 90. O principal fator explicativo desse fenômeno é o aumento das migrações, no sentido da volta ao campo, em razão, principalmente, do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural.” (Couto; Couto Filho, 1998, p.589)

Segundo Couto Filho (1997, p.36), “em algumas regiões desenvolvidas, com o progresso técnico na agricultura e a conseqüente diminuição do tempo de trabalho na lavoura está havendo um crescimento da demanda por atividades não-agrícolas”. Essas atividades, após o processo da modernização da agricultura, juntamente com a concentração e especulação fundiária, vem-se afirmando como um mecanismo viável para conter o fluxo rural e assim,

talvez até, contribuir para a reestruturação da zona urbana. A moradia, o lazer, o turismo, a preservação ambiental e a infra-estrutura são algumas das atividades que vêm ocupando a população rural.

O desenvolvimento de atividades como pesque-pague, hotel-fazenda, fazenda-hotel e turismo ecológico no meio rural vem se constituindo como um importante fator de fixação da mão-de-obra. Os serviços públicos e privados ligados a luz elétrica, água encanada, tratamento sanitário, saúde, educação, transporte público e o comércio em geral também vêm tendo uma parcela de contribuição para fixação dessa mão-de-obra na zona rural.

De acordo com Couto Filho (1997, p.19), deve-se chamar atenção também para uma outra dinâmica que vem ocorrendo no meio rural: o crescimento das novas atividades agropecuárias, como a floricultura com novas variedades, a criação de animais silvestres (javali, jacaré, tartaruga, etc.) e o cultivo de ervas medicinais, dentre outras. Estas atividades, normalmente são caracterizadas como intensivas em mão-de-obra.

No caso da Bahia, conforme pode ser observado na Tabela 5 a seguir, houve um crescimento, na zona rural, entre 1992 e 1995, no número de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas, que aumentou 6,2% a.a., contra 0,8% a.a. nas atividades agrícolas.

TABELA 5 - População ocupada no meio rural, segundo atividade Bahia 1992-95

	1992	1995	Tx.cres.aa 1992-95
Agrícola	2.035.100	2.083.800	0,8
Não-agrícola	328.800	393.200	6,2

Fonte: PNAD e Núcleo de Economia do IE/UNICAMP,

projeto Rurbano-tabulações especiais

Portanto, diante do que foi exposto ao longo do trabalho, verifica-se que o discurso da reforma agrária mudou. Ao contrário dos discursos vigentes durante os anos 50/60, em

torno da questão do subdesenvolvimento, a Reforma Agrária passa a ter a conotação de uma “ponte”⁸ necessária para se atingir o equilíbrio sócio-econômico.

De acordo com Graziano da Silva, já nos anos 60 Ignácio Rangel defendia que “A Questão Agrária Brasileira” era fruto do problema de excedente populacional decorrente da modernização agrícola, da concentração e da especulação fundiária. Na concepção de Ignácio Rangel, o crescimento da produtividade do trabalho no interior dos “complexos rurais”, conduzia a uma maior liberação da força de trabalho.

No século XX, o aumento do desemprego, ao conduzir a população brasileira à um contínuo processo de exclusão social, tem levado ao acirramento das tensões sociais. A violência, a marginalidade e a indignação são os fatores que mais retratam o quadro de degradação que uma grande parcela da população brasileira está vivendo. Dessa maneira, faz-se necessário criar novas formas de ocupação para uma parte significativa dessa população, que não tem qualquer qualificação profissional.

A reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, uma vez que os problemas a nível econômico foram resolvidos pelos complexos agroindustriais. É preciso uma reforma agrária que tenha como “pano de fundo” a busca por novas formas de ocupação para a população excluída das atividades dos meios de produção.

Nesse contexto, um novo projeto de reestruturação agrária requer a construção de uma estratégia de desenvolvimento no campo que incorpore não só as atividades agrícolas como também as não-agrícolas, permitindo, assim, que as pessoas habitantes do local não sejam obrigadas a deixarem o campo em busca de novas oportunidades de emprego.

⁸ O termo ponte é colocada aqui, no sentido de caminho viável para promover o desenvolvimento do campo e assim evitar o êxodo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos anos 90. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 166, p. 19-33 nov./dez. 1996.
- AVENA FILHO, Armando. A industrialização da agricultura baiana. **Debates CENPES**— Salvador: CPE, v.2, n.4, p. 77-85, mar. 1995.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de; FILGUEIRAS, A. Mattos; MENEZES, Wilson Ferreira. A evolução do mercado de trabalho da RMS – dez./96 a abr./97. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.37, p.20, jun. 1997.
- BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO DA DEMANDA DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO BRASIL. São Paulo, jan./abr.1997.
- BONFIM, José. Desemprego cresce na RMS e tende a se ampliar na Bahia. **A Tarde**, Salvador, 21 fev. 1997, p.7.
- BORGES, Ângela. Urbanização na Bahia: sobre o atraso do processo e urbanização na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.3, n.2, p.57-71, jan. 1993.
- BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz A. Mattos. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.5, n.3, p. 30-36, dez. 1995.
- BRANCO, Alex. Desemprego atinge 200 mil postos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 07 maio 1996.
- BURMAN, Grazia. Concentração fundiária na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.32, p.16, jan. 1997.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19, p.25-48. Edição especial

CANO, Wilson. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 19p. 1996. (mimeo).

COUTO, Vitor de Athayde; COUTO FILHO, Vitor de Athayde. A urbanização do trabalho rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998. **Anais ...** [s.l.]: SOBER, 1102p. p.589.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **A ocupação da mão-de-obra agrícola e o êxodo rural no Brasil**: situação atual e perspectivas. São Paulo, 1997. Monografia (Conclusão do Curso de Especialização em Formulação e Análise de Políticas Agrícolas) Instituto de Economia/UNICAMP.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Revendo o rural baiano. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.41, p.18, out. 1997.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Políticas agrícolas comparadas. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.43, p.5, dez. 1997.

DESEMPREGADOS ganham a vida como informais. **A Tarde**, Salvador, 27 jul. 1997. p.8.

DINÂMICA de Economia e absorção de mão-de-obra. 1984. (Série população e emprego)

EMPREGO e desemprego no Brasil. **Conjuntura Agrícola**, Salvador, n. 73, 31 jul. 1996.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. Agricultura, reforma agrária e crise na década de 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.2, n.1, p.18-28, jun. 1992.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **Capitalismo e agricultura**: a transformação do espaço agrário no estado da Bahia. Salvador, 1984. Monografia (Apresentada no 1º prêmio baiano de economia).

- FILGUEIRAS, Luiz A. M. **A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira**. Salvador, 1991, 9p. (Texto didático, apresentado em sala)
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Os impactos do Plano Real sobre a taxa de desemprego. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.27, p.6, ago. 1996.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. **Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. FCE/UFBA, 1997, 18p. (mimeo).
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. A questão salarial no Plano Real. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador: v.11, n.1/2, p.31-36, jan./abr. – maio/ago. 1994.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Força de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo, 1996. (Coleção análise & ensaios, 3)
- GHIRARDI, André Garcez. Desemprego: as pesquisas podem concordar. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.45, p.13, fev. 1998.
- A GLOBALIZAÇÃO vem de longe. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 out. 1997. p.A-14.
- IZQUIERDO, Ivan. O grande êxodo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1996.
- INCRA. **Atlas fundiário brasileiro**. Brasília, ago. 1996.
- KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao CAI's. In: DELGADO, G. C. et al (org.). **Agricultura & políticas públicas**, Brasília: IPEA, 1990, p.113-223.
- LIMA, Antônio Almerico Biondi. Crise, desemprego e políticas sociais na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n.19, dez. 1995.

- LIMA, Carmen Lúcia Castro Agricultura baiana e tendências dos anos 80. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.2, n.1, p.33-42, jun. 1992.
- MACHADO, Gustavo Bittencourt. Estruturação agrária na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.52, set. 1998.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento & Políticas Públicas**, IPEA, n.3, p.3-44, 1990.
- MATTEI, Lauro. As perspectivas da agricultura e da reforma agrária no governo FHC. **Conjuntura Agrícola**, Salvador, n.58, 01 mar. 1995.
- MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. (Cadernos do Cesit, 21)
- MENEZES, Heloisa Regina Guimarães de. A relação campo-cidade na discussão da Reforma Agrária. **Cadernos de Economia**, Belo Horizonte, v.4, n.4. p.49-58, set. 1991.
- PIMENTA, Antônio Carlos et al. Novas medidas econômicas: uma tentativa para manter a estabilidade. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.42, p.1, nov. 1997.
- PINTO, Luiz Carlos Guedes; STÉDILE, João Pedro. Reformas agrárias. **OPS**, Salvador, UFBA, v.1, n.4, 1996.
- PRESSER, Mario et al. Globalização. **OPS**, Salvador, UFBA, v.1, n.2, 1996
- PROSERPIO, Renata. Desemprego na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.18, p.6, nov. 1995.
- SILVA, José Graziano da. Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: **O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1994. p.619-40.

SILVA, José Graziano da. **Por uma Reforma Agrária não essencialmente agrícola.** Capturado em 03 dez. 1998. On line. Disponível na internet. http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/frame_inic.html.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. 1982, (Coleção agricultura e sociedade).

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de et al. **Uma análise setorial do desenvolvimento econômico recente - Agricultura.** São Paulo: Atlas 1996. p.247.